



CLIPPING



24 de
AGOSTO
2022

"CONTA COMIGO"

Inscrições vão até sexta-feira

DA REDAÇÃO

Terminam nesta sexta-feira (26) as inscrições para a 2ª Turma do Curso de Apadrinhamento Afetivo "Conta Comigo", realizado pelo Tribunal de Justiça do Pará (TJPA). O curso será realizado entre os dias 8 de setembro a 3 de outubro.

A formação é destinada voluntários interessados em se tornarem madrinhas ou padrinhos afetivos de crianças e adolescentes acolhidos. Também podem participar pessoas interessadas na realização de outras modalidades de trabalho voluntário nos serviços de acolhimento.

A capacitação é totalmente gratuita, com carga horária de 30 horas/aula e será realizada no formato on-line. O conteúdo ficará disponibilizado na plataforma de Educação a Distância (EaD) do TJPA. As inscrições devem ser feitas de forma online, pelo site do Tribunal de Justiça ([https://www.tjpa.](https://www.tjpa.jus.br/PortalExterno)

[jus.br/PortalExterno](https://www.tjpa.jus.br/PortalExterno))

Segundo o TJPA, neste ano, o Programa de Apadrinhamento Afetivo "Conta Comigo" necessita, especialmente, da atuação de pessoas interessadas em apadrinhar adolescentes com histórico de permanência prolongada em serviços de acolhimento.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

TOTAL DE 92 VAGAS

TRT8, MP do Pará e Senado
abrem concursos públicos

SELEÇÃO - No Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região serão cinco vagas: uma para analista e quatro para técnico

O Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região abre inscrições, a partir de hoje (24), para concurso público com vagas para os estados do Pará e do Amapá. Outros dois certames abrem edital esta semana e estão com inscrições abertas: o Ministério Público do Pará e o Senado Federal, totalizando 92 oportunidades nos três concursos.

“O salário para o cargo de analista, nível superior, é de R\$ 12.455,30; e de R\$ 7.591,37 para técnico.”

Ao todo, o TRT8 oferta cinco vagas para contratação imediata para os cargos de analista judiciário, com remuneração de R\$ 12.455,30 e técnico judiciário, com salário de R\$ 7.591,37. Já o Ministério Público do Pará abriu 65 vagas para os cargos de Promotor de Justiça e Promotor de Justiça Substituto, este com vencimentos de R\$ 30.404,47. Também está com edital aberto o Senado Federal, com 22 vagas em caráter de preenchimento imediato, com outras 992 vagas de cadastro reserva.

Candidatos podem se inscrever até o dia 12 de setembro exclusivamente no site da empresa organizadora do concurso, o Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e Promoção de Eventos, a Cebraspe (www.cebraspe.org.br/concursos_TRT8_22).

O edital do concurso do TRT8 prevê taxa de inscrição para os cargos

de nível superior no valor de R\$ 100 e para nível médio/técnico de R\$ 90. Ao todo, são cinco vagas imediatas nas áreas de analista judiciário (1) e técnico judiciário (4). Para as vagas de cadastro de reserva são ofertadas para cargos de analista judiciário nas áreas de arquitetura, arquivologia, contabilidade, biblioteconomia, enfermagem, engenharia civil, engenharia elétrica, estatística, medicina, medicina do trabalho, psicologia, serviço social, tecnologia da informação, judiciária, oficial de justiça avaliador federal e na área de técnico judiciário para área administrativa, enfermagem e tecnologia da informação.

O salário para o cargo de analista, nível superior, é de R\$ 12.455,30; e de R\$ 7.591,37 para o cargo de técnico. A diretora de Gestão de Pessoas do TRT8, Maria Helena Guerra, explica que, como se estava desde o começo do ano sem concurso vigente, durante esse período, os provimentos “estavam sendo realizados por meio de aproveitamento das listas de aprovados do TRF1 e TRE-PA. Todavia, para médio e longo prazo, considerando o tamanho do TRT8 e a rotatividade natural de servidores, é necessário dispor de concurso próprio, que selecione servidores com perfil para atuação na JT8, observando o conjunto de competências específicas para os cargos e desenvolvimento satisfatório das atividades no Tribunal”.

Maria Helena Guerra ressaltou que o

edital do atual concurso, além de atualizar o leque de disciplinas e conteúdos programáticos, buscou também trazer disposições mais específicas quanto à escolha das localidades de lotação, como forma de tentar alinhar os interesses públicos, no que for possível, com os interesses pessoais dos candidatos, buscando uma maior retenção dos postos de trabalho, motivo pelo qual recomenda-se que os interessados leiam atentamente o tópico “Da Lotação e Provimentos”.

NOMEAÇÕES

Em relação às vagas, apesar do concurso ter sido aberto somente com a oferta imediata daquelas de livre provimento, surgidas a partir de julho de 2022, a expectativa é de que o ritmo siga o padrão do último certame, com diversas nomeações ao longo do período de vigência, “ainda mais ao considerarmos que este Tribunal deverá receber quantitativo de autorizações para provimento em 2023 (destinado à reposição de vacâncias por aposentadorias), conforme repasse a ser realizado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) a partir da Lei Orçamentária Anual (LOA) do próximo exercício, bem como ao fato de que este edital traz a previsão da possibilidade de aproveitamento de candidatos aprovados por outros órgãos do PJU”, conclui Maria Helena Guerra.

EDITAL PUBLICADO

Ministério Público seleciona promotor

O Ministério Público do Pará (MP-PA) publicou ontem (23) o edital do XIII Concurso Público com oferta de 65 vagas para os cargos de Promotor de Justiça e Promotor de Justiça Substituto. O concurso também terá cotas para pessoas com deficiência, negros, e de forma pioneira, para indígenas e quilombolas.

As inscrições estarão abertas a partir de hoje, 24, até o dia 22 de setembro e podem ser realizadas, exclusivamente pela internet, através do site do Cebraspe, organizadora do certame.

O candidato interessado em concorrer ao cargo de Promotor, deverá possuir bacharelado em Direito, registro na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e, no mínimo, três anos de prática jurídica. A remuneração inicial do cargo de Promotor de Justiça Substituto é de R\$ 30.404,47.

A prova objetiva está prevista para acontecer em 15 de janeiro de 2023. Já as provas discursivas estão previstas para os dias 15 e 16 de abril de 2023.

O concurso será composto das seguintes etapas: prova objetiva, de

caráter eliminatório e classificatório; prova discursiva, de caráter eliminatório e classificatório; inscrição definitiva; sindicância de vida progressiva e da investigação social; prova oral de arguição e da prova de tribuna; e avaliação de títulos.

O último concurso para o órgão foi realizado em 2014 e foi organizado pela Fundação Carlos Chagas (FCC). Na época, foram ofertadas 50 vagas para o cargo. (Luciana Carvalho, estagiária da Redação sob supervisão de Keila Ferreira, Coordenadora do Núcleo de Política).

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

AFETO

As inscrições para a 2ª Turma do Curso de Apadrinhamento Afetivo Conta Comigo do TJPA estão abertas até sexta-feira, 26. A formação, que será realizada de 8 de setembro a 3 de outubro, é destinada a pessoas interessadas em se tornarem madrinhas ou padrinhos de crianças e adolescentes acolhidos. Também podem participar pessoas interessadas na realização de outras modalidades de trabalho voluntário. O curso, gratuito e com carga horária de 30 horas/aula, será realizado no formato on-line. O conteúdo ficará disponibilizado na plataforma de EaD do TJPA.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Pará registra mais de 27 mil medidas protetivas a mulheres

Número no Estado representa 4,72% do total do Brasil. Levantamento foi divulgado pelo CNJ, Instituto Avon e o Consórcio Lei Maria da Penha

JUDICIÁRIO

Luiza Mello

Tribunais de Justiça de todo o país registraram 572.159 medidas protetivas de urgência para meninas e mulheres em situação de violência doméstica entre janeiro de 2020 e maio de 2022. No Pará foram registradas 27.249, ou 4,72% do total do Brasil. A maioria dos tribunais brasileiros concedem ordens judiciais de segurança no prazo de 48 horas, previsto na Lei Maria da Penha, como é o caso do Tribunal de Justiça do Pará.

Considerando a média nacional, cerca de 30% dos pedidos são concedidos após o período definido pela legislação. Esses números foram publicados na "Avaliação sobre a aplicação das Medidas Protetivas de Urgência da Lei Maria da Penha", parceria entre o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o Instituto Avon e o Consórcio Lei Maria da Penha.

Os registros de violência contra a mulher (VDFM) apurados no Tribunal de Justiça do Pará (TJPA) chegam a 41.714, o que representa 962 mulheres agredidas a cada grupo de 100 mil habitantes. Nem todas as denunciadas prosseguem com a denúncia, por isso a diferença entre os registros do ato de violência e a concessão de medidas protetivas. O estudo revela que nove em cada 10 pedidos de Medi-



Estudo mostra que nove em cada 10 pedidos de Medidas Protetivas da Lei Maria da Penha são concedidos pela justiça FOTO: PAULO H. CARVALHO/AGÊNCIA BRASÍLIA

das Protetivas da Lei Maria da Penha são concedidos pela justiça, o que mostra a adesão do Judiciário ao instrumento das medidas protetivas de urgência.

PERFIL

Uma das sugestões do levantamento é a melhoria das informações de perfil sociodemográfico de vítimas e agressores (ou agressoras), para que possam ser feitos diagnósticos e elaboração de estatísticas de acompanhamento, análise e avaliação. Apesar do baixo percentual de processos com a informação de idade, é possível identificar que 29% das vítimas possuem entre 30 e 39 anos; 28%, entre 20 e 29 anos; 20%, entre 40 e 49 anos; 15%, com 50 anos ou mais; e 8% até 19 anos.

AGRESSORES

Já em relação às pessoas que devem cumprir as medidas protetivas, 84,4% são para agressores do sexo masculino; 10,3% são desconhecidos - não houve o preenchimento da informação em sistema -; e 5,3% são agressoras do sexo feminino. Além disso, 33% possuem entre 30 e 39 anos; 26%, entre 20 e 29 anos; 24%, entre 40 e 49 anos; 16%, com 50 anos ou mais; e 2% até 19 anos.

PROCESSOS

Dos 572.159 processos sobre medidas protetivas no período, 89.734 (15,7%) foram no Rio de Janeiro, 89.404 (15,6%) no Paraná e 78.942 (13,8%) em MG. Mas, quando os processos são avaliados em relação à

NÚMEROS

MULHERES AGREDIDAS

962

Os registros de violência contra a mulher (VDFM) apurados no Tribunal de Justiça do Pará (TJPA) chegam a 41.714, o que representa 962 mulheres agredidas a cada grupo de 100 mil habitantes.

população feminina, nota-se que os maiores são no Distrito Federal, com 2.243 processos a cada 100 mil mulheres residentes; seguido pelo Mato Grosso do Sul, com 1.793 e Paraná, com 1.522. No Pará essa proporção é de 962 processos a cada grupo de 100 mil habitantes.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

MPPA abre 65 vagas para a carreira de promotor de justiça

Os interessados já podem se inscrever a partir de hoje. O cargo exige nível superior em direito. Confira mais detalhes desta nova seleção

CONCURSO

JC CONCURSOS

Serão abertas nesta quarta-feira (24) as inscrições ao concurso do MPPA (Ministério Público do Estado do Pará) para promotor de justiça de primeira entrância e promotor de justiça substituto de primeira entrância. O certame preencherá 65 vagas imediatas, além de formação de cadastro reserva (CR). O edital foi divulgado ontem.

Do total de ofertas, 41 chances são para ampla concorrência, sete para candidatos com deficiência, 13 para negros, duas para indígenas e duas para quilombolas.

A carreira exige diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de bacharelado em direito, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC), e comprovação de exercício por três anos, no mínimo, de atividade jurídica, desempenhada exclusivamente após a conclusão do curso de bacharelado em direito. A remuneração inicial da carreira de promotor é de R\$ 30.404,42.

COMO SE INSCREVER

As inscrições preliminares serão recebidas até 22 de setembro, exclusivamente pela internet, através do site da banca organizadora do processo de seleção, que é o Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promo-



O certame do Ministério Público também vai formar cadastro reserva. Provas serão em janeiro

FOTO: RICARDO AMANAJÁS

ção de Eventos – Cebraspe (www.cebraspe.org.br). Após concluir o cadastro, o candidato deverá imprimir o boleto bancário referente a taxa de participação, no valor de R\$ 375, e pagá-la até a data limite de 13 de outubro, observado o horário de funcionamento do banco.

PROVAS

O concurso será constituído das seguintes etapas: prova objetiva, de caráter eliminatório e classificatório; provas discursivas, de caráter eliminatório e classificatório; inscrição definitiva (sindicância de vida pregressa e investigação social), de caráter eliminatório; prova oral, de caráter eliminatório e classificatório; prova de tribuna, de caráter classificatório; e avaliação de títulos, de caráter classificatório.

NÚMEROS

SALÁRIO

R\$30,4 mil

Essa é a remuneração inicial do cargo de promotor.

A prova objetiva será composta por 100 questões de múltipla escolha que versarão sobre direito constitucional, direito administrativo, direito civil, direito processual civil, direito penal, direito processual penal, direito eleitoral, legislação referente ao ministério público, direito empresarial, direito tributário, direito agrário, tutela dos interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos, direitos humanos e pro-

DETALHES

- Do total de ofertas, 41 chances são para ampla concorrência, sete para candidatos com deficiência, 13 para negros, duas para indígenas e duas para quilombolas.

- As inscrições serão recebidas até 22 de setembro através do site www.cebraspe.org.br. A taxa de participação custa R\$ 375.

moção da igualdade étnico-racial e legislação específica correspondente.

O exame será aplicado na data prevista de 15 de janeiro de 2023, em locais e horários a serem comunicados no edital de convocação, a ser publicado em momento oportuno.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

COCAÍNA E SKUNK PRF APREENDE 71 KG DE DROGA EM ALTAMIRA

Prejuízo estimado em mais de 10 milhões de reais para o crime organizado, segundo cálculos da PRF



TRÁFICO DE DROGAS

Nesta segunda-feira (22), a Polícia Rodoviária Federal apreendeu cerca de 50 kg de cocaína e 21 kg

de skunk, durante fiscalização no km 586 da BR-230, em Altamira (PA).

Por volta das 16h30, a equipe avistou um veículo modelo Saveiro, de cor vermelha, que trafegava pela rodovia com o para-choque quebrado. Durante

os procedimentos de fiscalização, a equipe observou que havia uma parte da carroceria que estava solta, onde foram encontrados diversos tabletes de cocaína e skunk.

Questionado, o condutor declarou que não sabia que o carro

estava carregado com as drogas. Afirmou que teria vendido o veículo no município de Santarém (PA) e a pedido do comprador, levaria o veículo para o município de Goianésia (PA).

Diante dos fatos, o homem foi preso e encaminhado para

a Delegacia de Polícia Civil de Altamira (PA), em tese, pelo crime de tráfico de drogas. O carro foi apreendido junto com a droga. A apreensão gerou um prejuízo de cerca de 10 milhões de reais para o crime organizado.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



FLAGRANTE **ACUSADO** **DE TRÁFICO** **É PRESO EM** **BUJARU**

Uma arma de fogo também foi encontrada na casa do acusado, que estava com maconha e pedras de óxi

PRISÃO

Tiago Silva
DE CASTANHAL

Na zona rural do município de Bujaru, região do nordeste paraense, um ho-

mem acusado de tráfico de drogas foi preso pela Polícia Militar. Uma arma de fogo também foi encontrada na casa do acusado.

No final da tarde de segunda-feira (22), por volta das 17h30, policiais militares receberam informações de que um homem estava ven-



Um homem foi preso com arma de fogo e entorpecentes na zona rural de Bujaru. FOTOS: DIVULGAÇÃO

dendo entorpecentes em sua residência, localizada na comunidade de Curuçambaba.

Os policiais militares rapidamente foram até o imóvel alvo da denúncia, onde foi encontrado Silvano Coutinho Maciel, o qual autorizou a entrada dos agentes de segurança pública. Durante revista na casa, foram encontradas 21 porções de maconha e 28 pedras de óxi.

Também na residência foi encontrada uma arma de fogo tipo espingarda de fabricação artesanal.

A arma de fogo e os entorpecentes foram apresentados na Delegacia de Polícia Civil de Bujaru, onde Silvano Coutinho Maciel foi autuado em flagrante delito pelos crimes de tráfico de drogas e posse ilegal de arma de fogo.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

**QUARTA-FEIRA****DOIS SUSPEITOS ATIRAM NA PM
E MORREM EM SANTA IZABEL**
PÁGINA 7

Diário do Pará

POLÍCIA**EM CASTANHAL****Tiago Silva**
DE CASTANHAL

Na cidade de Castanhhal, região do nordeste paraense, a Polícia Militar prendeu um traficante e recapturou um foragido da justiça. A prisão e a recaptura ocorreram no final da tarde de segunda-feira (22), por volta das 18h.

Policiais militares do grupamento Rondas Ostensivas com apoio de Motocicletas (Rocam) estavam realizando patrulhamento pelo bairro Nova Olinda quando, na Travessa Espírito Santo, avistaram dois suspeitos em um terreno baldio.

Durante a abordagem, os policiais descobriram que um dos suspeitos, identificado como Ageu Cardoso Pantoja, estava na condição de foragido da justiça. Ageu disse ainda que estava no local comprando drogas de outro homem, identificado como Relyson Sales Trindade, que também foi abordado e flagrado com entorpecentes. Relyson disse aos policiais que tinha mais drogas escondidas no terreno. No total, foram apreendidas 87 porções de pasta base de cocaína.

A dupla recebeu voz de prisão e foi apresentada na Delegacia de Polícia Civil do Centro de Castanhhal, onde Relyson foi autuado por tráfico de drogas. Ageu retornou para a cadeia e permanecerá custodiado no regime fechado.

DEU RUIM**PM PRENDE TRAFICANTE
E FORAGIDO DA JUSTIÇA**

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

BELÉM

Inscrições para curso de apadrinhamento afetivo terminam na sexta-feira (26)

Formação é destinada a voluntárias e voluntários interessados em se tornarem madrinhas ou padrinhos afetivos de crianças e adolescentes acolhidos

O Liberal

23.08.22 21h21



Curta a nossa página e veja mais notícias como essa!

Terminam na sexta-feira (26) as inscrições para a 2ª Turma do Curso de Apadrinhamento Afetivo “Conta Comigo”, realizado pelo Tribunal de Justiça do Pará (TJPA). A formação é destinada a voluntárias e voluntários interessados em se tornarem madrinhas ou padrinhos afetivos de crianças e adolescentes acolhidos. Também podem participar pessoas interessadas na realização de

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

outras modalidades de trabalho voluntário nos serviços de acolhimento. O curso será realizado entre os dias 8 de setembro a 3 de outubro.

A capacitação é totalmente gratuita, com carga horária de 30 horas/aula e será realizada no formato on-line. O conteúdo ficará disponibilizado na plataforma de Educação a Distância (EaD) do TJPA. As inscrições devem ser feitas de forma online, pelo [site do Tribunal de Justiça](#).

Segundo o TJPA, neste ano, o Programa de Apadrinhamento Afetivo Conta Comigo necessita, especialmente, da atuação de pessoas interessadas em apadrinhar adolescentes com histórico de permanência prolongada em serviços de acolhimento. Madrinhas e padrinhos afetivos do “Conta Comigo” podem realizar diversas atividades com seus afilhados, como passeios e orientação escolar ou profissional (para adolescentes próximos aos 18 anos), ou mesmo atividades diárias mais simples, em convivência familiar. O apadrinhamento afetivo oferece oportunidade aos acolhidos de terem experiências sociais, culturais e afetivas que são consideradas raras para crianças e adolescentes que vivem em instituições de acolhimento.

Programa – O Programa de Apadrinhamento Afetivo “Conta Comigo” surgiu em 2014, por iniciativa da Coordenadoria Estadual da Infância e da Juventude (Ceij) do TJPA. Por meio de parceria com Varas da Infância e Juventude da Região Metropolitana e serviços de acolhimento, o programa estimula uma relação amistosa, em que madrinhas e padrinhos se tornam referências afetivas na vida de afilhados ou afilhadas. Não se trata de assumir papel de mãe, pai ou parente, mas sim de proporcionar experiências positivas, que contribuam para a promoção do desenvolvimento e da autonomia dos adolescentes e crianças.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

BELÉM

MPPA abre concurso com salário de R\$ 30.404,42 para promotor de justiça; veja como se inscrever

As inscrições estarão abertas a partir desta quarta-feira (24) até o dia 22 de setembro de 2022

Luciana Carvalho

23.08.22 11h19



O concurso será composto de prova objetiva, de avaliação biopsicossocial e prova discursiva (Ascom MP/PA)

Curta a nossa página e veja mais notícias como essa!

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Nesta terça-feira (23), o **Ministério Público do Pará (MPPA)** publicou o edital do **XIII Concurso Público** com oferta de **65 vagas** para os cargos de **Promotor de Justiça e Promotor de Justiça Substituto**. O **concurso** também terá **cotas para pessoas com deficiência, negros**, e de forma pioneira, para **indígenas e quilombolas**.

As **inscrições** estarão abertas a partir desta **quarta-feira (24) até o dia 22 de setembro de 2022** através do site do **Cebraspe**, organizadora do **certame**.

O candidato interessado em concorrer ao cargo de **Promotor**, deverá possuir **bacharelado em Direito**, registro na **Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)** e, no mínimo, **três anos de prática jurídica**. A remuneração inicial do cargo de Promotor de Justiça Substituto é de R\$ 30.404,47.

A prova objetiva está prevista para acontecer em 15 de janeiro de 2023. Já as provas discursivas estão previstas para os dias 15 e 16 de abril de 2023.

O concurso será composto das seguintes etapas:

- **Prova objetiva**, de caráter eliminatório e classificatório;
- **Prova discursiva**, de caráter eliminatório e classificatório;
- Inscrição definitiva;
- Sindicância de vida pregressa e da investigação social;
- **Prova** oral de arguição e da **prova** de tribuna; e
- Avaliação de Títulos.

Para maiores informações acesse o edital **[aqui](#)**.

(Luciana Carvalho, estagiária da Redação sob supervisão de Keila Ferreira, Coordenadora do Núcleo de Política).

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

AMAZÔNIA

POLÍCIA

'Monstro do poço' é condenado à prisão no Pará por homicídio e ocultação de cadáver

Ele responde pela morte de três mulheres enterradas em um poço na seu sítio em Salinópolis

O Liberal

24.08.22 3h50



A decisão do Tribunal do Júri da Comarca de Salinópolis foi proferida na última segunda-feira (22) (Divulgação)

Curta a nossa página e veja mais notícias como essa!

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Sebastião Pereira da Costa, conhecido como “**Monstro do Poço**”, foi condenado a **28 anos de prisão** pelos crimes de **homicídio triplamente qualificado** e **ocultação de cadáver**. A decisão do Tribunal do Júri da Comarca de **Salinópolis**, no nordeste do **Pará**, foi proferida na última segunda-feira (22).

Três mulheres foram encontradas mortas e enterradas em um poço na propriedade do réu em Salinópolis.

O caso julgado nessa segunda foi o da vítima **Ana Paula Cota**. Ela ficou hospedada no sítio do criminoso por cerca de três dias, depois de se separar do marido, enquanto se preparava para mudar de cidade. O ex-marido da vítima percebeu o desaparecimento, foi até o sítio e, no local, reconheceu objetos e informou até haver fotos de Ana Paula com os itens.

O Ministério Público considera que houve **requite de crueldade, mediante manipulação, utilizando recurso que dificultou a defesa**, aproveitando um momento de fragilidade, quando ela havia acabado de se separar do ex-companheiro e precisava de abrigo.

Investigações

Em dezembro de 2015, o réu já havia sido **condenado por homicídio qualificado**, após as investigações da Polícia Civil terem localizado e resgatado o **corpo de Jozilene dos Santos**. Além disso, Sebastião é investigado pela **terceira ossada encontrada em seu sítio** e que pertence a **Madalena da Costa Piedade**.



"Monstro do Poço" é condenado por homicídios e ocultação
Sebastião Pereira da Costa foi condenado por crime triplamente qualificado e
ocultação de cadáver.

terça-feira, 23/08/2022, 19:16 - Atualizado em 23/08/2022, 20:02 - Autor: **Com
informações do TJPA**



Sebastião Pereira da Costa foi condenado a 28 anos de reclusão. | Divulgação/Polícia Civil

O Tribunal do Júri da comarca Salinópolis condenou, nesta segunda-feira (22), Sebastião Pereira da Costa, o "monstro do poço" a 28 anos de reclusão pelos crimes de homicídio triplamente qualificado e ocultação de

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

cadáver, contra a vítima Ana Paula Cota, uma das três mulheres encontradas mortas e enterradas em um poço no interior da propriedade do réu.

A denúncia oferecida pelo promotor de Justiça Laercio de Abreu, em janeiro de 2016, foi acatada e a tese do Ministério Público do Estado (MPPA) julgada procedente. Atuou na sessão do tribunal do júri pelo Ministério Público do Estado a promotora de Justiça Francisca Suênia de Sá. A sessão foi presidida pelo Juiz de Direito Antônio Koury.

O autor dos crimes, um servidor público que era professor e diretor de escola, foi descrito por diversas testemunhas como violento e agressivo com as mulheres de seu convívio, incluindo alunas e funcionárias, e ainda que tinha rompantes de ódio e agressividade.

No caso da vítima Ana Paula, o Ministério Público considera que houve requinte de crueldade, mediante manipulação, utilizando recurso que dificultou a defesa, aproveitando um momento de fragilidade, quando ela havia acabado de se separar do ex-companheiro e precisava de abrigo. A vítima ficou hospedada no sítio do criminoso, local afastado da zona urbana, por cerca de três dias, enquanto se preparava para mudar de cidade.

O ex-marido da vítima foi uma das primeiras pessoas a se preocupar com o desaparecimento dela e entrou em contato com a família e começou as buscas. Ele também reconheceu objetos da vítima no local, informou até haver fotos de Ana Paula com os objetos.

Outros crimes

Em dezembro de 2015, o mesmo réu já havia sido condenado pelo Conselho de Sentença por homicídio qualificado, após as investigações da Polícia Civil terem localizado e resgatado o corpo de Jozilene dos Santos da Cota. Além da condenação pela morte de Jozilene, Sebastião Pereira da Costa

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

também é investigado em inquérito policial autônomo sobre a terceira ossada encontrada em sua propriedade e que pertence a Madalena da Costa Piedade.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

'Monstro do poço' é condenado a 28 anos de prisão no Pará
Sebastião Pereira da Costa atuava como professor e foi condenado pelos crimes de homicídio triplamente qualificado e ocultação de cadáver.

Por g1 Pará — Belém

23/08/2022 21h27 Atualizado há 10 horas



O Tribunal do Júri da comarca Salinópolis condenou Sebastião Pereira da Costa a 28 anos de reclusão pelos crimes de homicídio triplamente qualificado — Foto: Polícia Civil

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

O Tribunal do Júri da comarca [Salinópolis](#) no Pará condenou Sebastião Pereira da Costa a 28 anos de reclusão pelos crimes de homicídio triplamente qualificado e ocultação de cadáver, na segunda-feira (22), contra a vítima Ana Paula Cota, uma das três mulheres encontradas mortas e enterradas em um poço no interior da propriedade do réu. O caso ficou conhecido como “Monstro do Poço”.

O autor dos crimes era um professor. Ele foi descrito por diversas testemunhas como violento e agressivo com as mulheres de seu convívio, incluindo alunas e funcionárias, e ainda que tinha rompantes de ódio e agressividade.

No caso da vítima Ana Paula, o Ministério Público considera que houve requinte de crueldade, mediante manipulação, utilizando recurso que dificultou a defesa, aproveitando um momento de fragilidade, quando ela havia acabado de se separar do ex-companheiro e precisava de abrigo.

A vítima ficou hospedada no sítio do criminoso, local afastado da zona urbana, por cerca de três dias, enquanto se preparava para mudar de cidade.

O ex-marido da vítima foi uma das primeiras pessoas a se preocupar com o desaparecimento dela e entrou em contato com a família e começou as buscas. Ele também reconheceu objetos da vítima no local, informou até haver fotos de Ana Paula com os objetos.

A denúncia oferecida pelo promotor de Justiça Laercio de Abreu, em janeiro de 2016, foi acatada e a tese do MPPA julgada procedente. Atuou na sessão do tribunal do júri pelo Ministério Público do Estado a promotora de Justiça, Francisca Suênia de Sá. A sessão foi presidida pelo Juiz de Direito Antônio Koury.

Outros crimes

Em dezembro de 2015, o mesmo réu já havia sido condenado pelo Conselho de Sentença por homicídio qualificado, após as investigações da Polícia Civil terem localizado e resgatado o corpo de Jozilene dos Santos da Cota.

Além da condenação pela morte de Jozilene, Sebastião Pereira da Costa também é investigado em inquérito policial autônomo sobre a terceira ossada encontrada em sua propriedade e que pertence a Madalena da Costa Piedade. Até a publicação desta reportagem, o **g1** não conseguiu contato com a defesa de Sebastião Pereira da Costa.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Justiça absolve policial militar acusado de homicídio qualificado, em Santarém
Júri entende que Elielson de Sousa Castro agiu em legítima defesa putativa. Policial foi julgado pelo Tribunal do Júri nesta terça-feira (23).

Por g1 Santarém e região — PA

23/08/2022 16h13 Atualizado há 17 horas



Fórum de Justiça de Santarém, no Pará — Foto: g1

O policial militar Elielson de Sousa Castro, acusado de homicídio qualificado por meio que dificultou ou impossibilitou a defesa da vítima Ander Cleverson Soares da Cunha, foi absolvido nesta terça-feira (23) pelo Tribunal do Júri em [Santarém](#), oeste do Pará. Os jurados acataram a tese de legítima defesa putativa "quando

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

o agente de segurança se sente ameaçado e reage para se defender da injusta agressão".

O crime aconteceu no dia 14 de dezembro de 2013, próximo ao campinho de futebol da Cosanpa, no bairro Maracanã.

De acordo com a denúncia, na madrugada do dia 14 de dezembro de 2013, por volta das 03h da madrugada, Ander foi morto com um tiro de pistola .40, na Rua Caritás esquina com a Rua Mogno.

A vítima foi socorrida pelo Samu, mas faleceu no Hospital Municipal de Santarém. Um inquérito foi aberto para investigar o caso.

Na acusação atuou o promotor de Justiça Daniel Menezes Barros, titular da Comarca de Santa Izabel do Pará, enquanto que na defesa atuou o advogado Rogério Correa Borges.

Relembre o caso

[O policial militar Elielson de Sousa Castro foi julgado pelo Tribunal do Júri](#) nesta terça-feira (23), em Santarém, acusado de homicídio qualificado que dificultou ou impossibilitou a defesa da vítima Ander Cleverson Soares da Cunha.

As investigações apontaram que a vítima, após sair de festa em uma casa de show localizada no bairro Diamantino, onde estava na companhia de sua esposa Adriane Silva Campos, se dirigiu até o bairro Maracanã, próximo a uma bomba da Cosanpa, para fazer uso de drogas, e lá encontrou seu amigo José Marcelo. De acordo com José Marcelo, após utilizarem todas as petecas de cocaína, ele e a vítima saíram para comprar mais drogas em uma boca de fumo localizada no bairro Santarenzinho, e ao retornarem para o local onde aconteceu o crime, encontraram um casal embaixo de uma mangueira praticando sexo oral.

José Marcelo contou ainda que ele e a vítima se aproximaram do casal, momento em que o policial Elielson Castro sacou sua arma e disse: "sai daqui, que é polícia". Ander teria respondido que só queria ver se era algum conhecido, momento em que o policial teria disparado à queima roupa acertando o peito da vítima.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



Justiça condena a 28 anos de prisão homem que matava e enterrava mulheres em poço em Salinópolis

POR ROMA NEWS | 23 DE AGO DE 2022, 18:44

O Tribunal do Júri da comarca Salinópolis condenou, na segunda-feira, 22, Sebastião Pereira da Costa a 28 anos de reclusão pelos crimes de homicídio triplamente qualificado e ocultação de cadáver contra a vítima Ana Paula Cota, uma das três mulheres encontradas mortas e enterradas em um poço no interior da propriedade do réu.

A denúncia oferecida pelo promotor de Justiça Laercio de Abreu, em janeiro de 2016, foi acatada e a tese do MPPA julgada procedente. Atuou na sessão do tribunal do júri pelo Ministério Público do Estado a promotora de Justiça, Francisca Suênia de Sá. A sessão foi presidida pelo Juiz de Direito Antônio Koury.

O autor dos crimes, um servidor público, professor, diretor de escola, foi descrito por diversas testemunhas como violento e agressivo com as mulheres de seu convívio, incluindo alunas e funcionárias, e ainda que tinha rompantes de ódio e agressividade.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

No caso da vítima Ana Paula, o Ministério Público considera que houve requinte de crueldade, mediante manipulação, utilizando recurso que dificultou a defesa, aproveitando um momento de fragilidade, quando ela havia acabado de se separar do ex-companheiro e precisava de abrigo. A vítima ficou hospedada no sítio do criminoso, local afastado da zona urbana, por cerca de três dias, enquanto se preparava para mudar de cidade.

O ex-marido da vítima foi uma das primeiras pessoas a se preocupar com o desaparecimento dela e entrou em contato com a família e começou as buscas. Ele também reconheceu objetos da vítima no local, informou até haver fotos de Ana Paula com os objetos.

Outros crimes

Em dezembro de 2015, o mesmo réu já havia sido condenado pelo Conselho de Sentença por homicídio qualificado, após as investigações da Polícia Civil terem localizado e resgatado o corpo de Jozilene dos Santos da Cota.

Além da condenação pela morte de Jozilene, Sebastião Pereira da Costa também é investigado em inquérito policial autônomo sobre a terceira ossada encontrada em sua propriedade e que pertence a Madalena da Costa Piedade.

Com informações do MPPA

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Cientista: "Jogue as...
DialenaLoja de Ananindeua...
ToalhasA nova meia de...
Power Socks Pro

by Taboola

JUDICIÁRIO

Pará registra mais de 27 mil medidas protetivas a mulheres

Número no Estado representa 4,72% do total do Brasil. Levantamento foi divulgado pelo CNJ, Instituto Avon e o Consórcio Lei Maria da Penha

quarta-feira, 24/08/2022, 08:24 - Atualizado em 24/08/2022, 09:28 - Autor: Luiza Mello



Estudo mostra que nove em cada 10 pedidos de Medidas Protetivas da Lei Maria da Penha são concedidos pela justiça | H. Carvalho/Agência Brasília

Tribunais de Justiça de todo o país registraram 572.159 medidas protetivas de urgência para meninas e mulheres em situação de violência doméstica entre janeiro de 2020 e maio de 2022. No Pará foram registradas 27.249, ou 4,72% do total do Brasil. A maioria dos tribunais brasileiros concedem ordens judiciais de segurança no prazo de 48 horas, previsto na Lei Maria da Penha, como é o caso do Tribunal de Justiça do Pará.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Considerando a média nacional, cerca de 30% dos pedidos são concedidos após o período definido pela legislação. Esses números foram publicados na “Avaliação sobre a aplicação das Medidas Protetivas de Urgência da Lei Maria da Penha”, parceria entre o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o Instituto Avon e o Consórcio Lei Maria da Penha.

Os registros de violência contra a mulher (vdfm) apurados no Tribunal de Justiça do Pará (TJPA) chegam a 41.714, o que representa 962 mulheres agredidas a cada grupo de 100 mil habitantes. Nem todas as denunciadas prosseguem com a denúncia, por isso a diferença entre os registros do ato de violência e a concessão de medidas protetivas. O estudo revela que nove em cada 10 pedidos de Medidas Protetivas da Lei Maria da Penha são concedidos pela justiça, o que mostra a adesão do Judiciário ao instrumento das medidas protetivas de urgência.

PERFIL

Uma das sugestões do levantamento é a melhoria das informações de perfil sociodemográfico de vítimas e agressores (ou agressoras), para que possam ser feitos diagnósticos e elaboração de estatísticas de acompanhamento, análise e avaliação. Apesar do baixo percentual de processos com a informação de idade, é possível identificar que 29% das vítimas possuem entre 30 e 39 anos; 28%, entre 20 e 29 anos; 20%, entre 40 e 49 anos; 15%, com 50 anos ou mais; e 8% até 19 anos.

AGRESSORES

Já em relação às pessoas que devem cumprir as medidas protetivas, 84,4% são para agressores do sexo masculino; 10,3% são desconhecidos - não houve o preenchimento da informação em sistema -; e 5,3% são agressoras do sexo feminino. Além disso, 33% possuem entre 30 e 39 anos; 26%, entre 20 e 29 anos; 24%, entre 40 e 49 anos; 16%, com 50 anos ou mais; e 2% até 19 anos.

PROCESSOS

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Dos 572.159 processos sobre medidas protetivas no período, 89.734 (15,7%) foram no Rio de Janeiro, 89.404 (15,6%) no Paraná e 78.942 (13,8%) em MG. Mas, quando os processos são avaliados em relação à população feminina, nota-se que os maiores são no Distrito Federal, com 2.243 processos a cada 100 mil mulheres residentes; seguido pelo Mato Grosso do Sul, com 1.793 e Paraná, com 1.522. No Pará essa proporção é de 692 processos a cada grupo de 100 mil habitantes.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



SAIBA COMO DENUNCIAR!

Sinal Vermelho: farmácias adotam campanha contra a violência

Na ida ao estabelecimento, a mulher faz um X vermelho na mão para pedir socorro.

terça-feira, 23/08/2022, 11:58 - Atualizado em 23/08/2022, 11:58 - Autor: DOL



Sinal Vermelho completa 1 ano. | Reprodução

Em um intervalo de 10 horas, a Divisão Especializada no Atendimento à Mulher (Deam), em Belém, atendeu e registrou 14 ocorrências de violência doméstica na última segunda-feira (23). São casos de agressões, descumprimento de medidas protetivas, importunação, assédio e ameaças.

O número é preocupante, pois reflete apenas uma parte do total de casos de violência contra a mulher na capital paraense. Não estão nestes dados, as ocorrências registradas nas delegacias de bairros, por exemplo.

[Belém: veículos estacionados em local proibido viram rotina](#)

Para incentivar a mulher enfrentar a violência doméstica e denunciar o agressor, existe, desde julho de 2021, uma lei que criou o programa de cooperação Sinal Vermelho contra a Violência Doméstica, permitindo que farmácias e drogarias

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

ajudem às vítimas deste crime. Basta riscar um "X" vermelho nas mãos e mostrar a um dos atendentes.

No mês passado, uma mulher conseguiu denunciar o genro por violência, graças ao apoio que foi dado em uma farmácia na cidade de Santarém, no oeste do Pará. O suspeito agredia verbal e fisicamente a filha dela.

Ao tomar conhecimento da situação, a mãe mostrou o "X" a um dos funcionários do estabelecimento e foi acolhida. O atendente acionou a Polícia Militar pelo 190.

PF faz operação contra empresários que defenderam golpe

O agressor foi preso em flagrante no local de trabalho. Foi o primeiro caso atendido dentro da campanha permanente Sinal Vermelho na cidade.

O caso segue na Justiça e os nomes das partes envolvidas não foram revelados. A juíza Carolina Maia, da Vara de Violência Doméstica de Santarém, arbitrou medidas cautelares e protetivas.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

 **Agência Pará**
@govpara · [Seguir](#)

Farmácias e drogarias adotam o programa de cooperação “Sinal Vermelho contra a Violência Doméstica”.
Na ida ao estabelecimento, a mulher faz um X vermelho na mão e mostra ao atendente.



7:42 PM · 22 de ago de 2022

 [Leia a conversa completa no Twitter](#)

 7  Responder  Copiar link

[Ler 1 resposta](#)

O governo do Pará reforçou a divulgação da campanha permanente Sinal Vermelho. No Pará, qualquer pessoa pode denunciar situação de violência doméstica pelos números 190 e 180.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br